

PROCESSO TCE N° 129.057

ENTIDADE: Fundo de Assistência Social - FEAS

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Assistência Social - FEAS, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Gabriel Maia Gelpke

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 11.855/2020

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. REGULARIDADE. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. NOTIFICAÇÃO

Constatada a regularidade das contas apresentadas, nos termos da Lei n. 4.320/64, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1401ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS do FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade do **SR. GABRIEL MAIA GELPKE**, considerando-a **REGULAR** e **2) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 07 de maio de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 129.057

ENTIDADE: Fundo de Assistência Social - FEAS

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Assistência Social - FEAS, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Gabriel Maia Gelpke

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade do **SR. GABRIEL MAIA GELPKE**¹.
2. Em 02 de maio de 2018, as contas foram enviadas eletronicamente à esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *h*², da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013³.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 144) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares, com ressalva**, as contas apresentadas pelo **FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS** (fls. 156/161).
4. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, houve a citação do **SR. GABRIEL MAIA GELPKE**, ex-Secretário de Estado de Assistência Social - SAS, responsável pelo Fundo de Assistência Social - FEAS, à época, e da **SRA. THAYTA CRISTINA DE OLIVEIRA ARAÚJO**, Contadora do mencionado Fundo, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 1.220, divulgado no dia 08-11-2019, tendo apenas esta

¹ Secretário de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS até 31-12-2018;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

h) Autarquias, Fundos e Fundações Públicas Estaduais.

³ Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Processo TCE n. 129.057 (Acórdão n. 11.855/2020/Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

última apresentado defesa (fls. 178/185), e sobre a qual a DAFO elaborou o Relatório Técnico de fls. 196/198, considerando regulares as contas apresentadas.

5. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, o i. Procurador Dr. João Izidro de Melo Neto se manifestou pela regularidade das contas, seguindo a manifestação técnica (fls. 204/205).

6. É o Relatório.

7. Rio Branco, 07 de maio de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 129.057

ENTIDADE: Fundo de Assistência Social - FEAS

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Assistência Social - FEAS, exercício de 2017.

RESPONSÁVEL: Gabriel Maia Gelpke

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS**, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade do **SR. GABRIEL MAIA GELPKE**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013 (Manual de Referência - 4ª edição), tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Anexo VII);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** (fls. 03/10) pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴, com a

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

Processo TCE n. 129.057 (Acórdão n. 11.855/2020/Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

indicação da profissional da área de contabilidade, responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados;

c) quanto aos documentos exigidos nos itens IV, VII, VIII e IX, do mencionado Anexo VII da Resolução-TCE n. 87/2013⁵, foram apresentadas declarações de “nada consta”, nos termos do § 3º do artigo 2º da Resolução – TCE n. 87/2013;

d) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**;

e) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2018, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 3.205, de 21-12-2016, e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 1.310.000,00 (um milhão trezentos e dez mil reais), **quedou prevendo uma dotação final, após suplementações e anulações⁶, de R\$ 1.724.759,86 (um milhão setecentos e vinte e quatro mil setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos)**;

f) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

f.1) o **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** (fls. 145/146), o qual foi elaborado em sintonia com o previsto no artigo 102, da Lei n. 4.320/64, demonstra que a receita arrecadada correspondeu à despesa realizada no montante de R\$ 1.559.049,45 (um milhão quinhentos e cinquenta e nove mil quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), cabendo destacar que apenas o valor de R\$ 479.982,03 (quatrocentos e setenta e nove mil novecentos e oitenta e dois reais e três centavos) foi custeado com recursos próprios (fonte 100);

⁵ IV. Justificativa para o cancelamento e prescrição de restos a pagar;

VII. Demonstrativos dos recursos concedidos, por meio de convênios, acordos, ajustes celebrados, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres e suas alterações, por subvenção, doação, auxílio ou contribuição, justificando os saldos remanescentes de exercícios anteriores e os valores pendentes, ou em aberto, no exercício;

VIII. Demonstrativo das obras contratadas e suas alterações;

IX. Demonstrativo das concessões e comprovações dos suprimentos de fundos;

⁶ Suplementações: R\$ 1.409.208,89

Anulações: R\$ 994.449,03

Processo TCE n. 129.057 (Acórdão n. 11.855/2020/Plenário)

f.2) o BALANÇO FINANCEIRO (fl. 147/148), elaborado em consonância com o artigo 103, da Lei n. 4.320/64, refletiu fielmente as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, conjugados com o saldo proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que o saldo do exercício de 2017, no montante de R\$ 1.644.447,22 (um milhão seiscentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e dois centavos), foi devidamente confirmado pelos extratos e conciliações bancários;

f.3) quanto ao BALANÇO PATRIMONIAL (fls. 149/151), evidenciou o patrimônio do órgão, **apresentando um saldo patrimonial de R\$ 2.580.935,40 (dois milhões quinhentos e oitenta mil novecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)**, tendo sido esclarecida, após a apresentação de defesa, a divergência entre a conta “estoques” e o relatório de movimentação do almoxarifado;

f.4) prosseguindo, a DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, cuja previsão encontra guarida no artigo 104, da Lei n. 4.320/64, evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária;

g) por fim, foram apresentados o DEMONSTRATIVO DAS DIÁRIAS e PARECER emitido pelo controle interno da unidade, em obediência ao previsto nos itens X e XIII do Anexo VII da Resolução - TCE n. 87/2013.

3. Assim, ante o exposto, VOTO, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93⁷, pela:

3.1) APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade do SR. GABRIEL MAIA GELPKE, considerando-a REGULAR;

3.2) REMESSA dos autos ao ARQUIVO, após as formalidades de estilo.

4. É como Voto.

5. Rio Branco, 07 de maio de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

⁷ Art. 51 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;
Processo TCE n. 129.057 (Acórdão n. 11.855/2020/Plenário)